

DISPUTAS POLÍTICAS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Henrique Leite

RESUMO: Este artigo analisa a reforma educacional que deu origem ao Novo Ensino Médio (NEM) no ano de 2017, abordando as mudanças legislativas e algumas de suas tensões ao serem votadas. A estrutura curricular com seus três principais constitutivos é aqui utilizada para entendermos qual a posição de atores dentro da política de reforma educacional, a partir disso conclui-se que o empreendedorismo ganha uma grande relevância dentro do NEM e faz com que todo o currículo seja pensado em torno deste conceito.

Palavras Chave: Novo Ensino Médio; Reforma Educacional; Currículo Escolar; Empreendedorismo; Políticas Educacionais

INTRODUÇÃO

A educação é apontada nos meios acadêmicos como sendo um importante meio de se organizar o conjunto da sociedade. Os debates sobre universalização e currículo apontam que, de forma geral, a escola é um mecanismo de estabelecimento de conjunto de regras sociais possíveis para aquele período histórico (Silva, 1999).

O que não podemos tirar desta afirmação é que o processo educacional é o mesmo para todas as pessoas da sociedade, as diferentes classes lidam de forma diferente com a escola (Nogueira, 2004). Os objetivos possuídos, os conteúdos e as formas com as quais cada um possui acesso se mostram diferenciadas.

O mesmo pode-se dizer da condição de apropriação do conteúdo educacional apresentado em sala de aula. Possuir uma condição cultural e simbólica para a interpretação do que é trabalhado faz com que as classes, mesmo que com a mesma educação, tenham resultados diferentes no entendimento do conteúdo e na mobilização deste mesmo na ação cotidiana (Bourdieu, 2015).

No Brasil temos visto mudanças na forma como o Ensino Médio é trabalhado, a aprovação da lei 13.415/2017, que inaugura a reforma do ensino médio no governo Temer, e

mais recentemente a aprovação da lei 14.945/2024, que apresenta algumas modificações no mesmo ensino médio sob o governo de Lula. Essas leis apresentam os pontos centrais da organização do Novo Ensino Médio (NEM). A implementação destes fica, em sua maioria, com os estados que organizam como aquelas diretrizes curriculares serão aplicadas no cotidiano das escolas .

Quando estão finalizadas ou sendo aplicadas, as políticas públicas podem esconder em si o processo e os tensionamentos que as produziu. Existem várias propostas de educação e de currículo que são apresentadas e defendidas em nossa sociedade, mas para que a reforma fosse aprovada há uma conciliação entre as partes ou uma votação direta sobre o que é divergente. O texto final não é algo uníssono, mas uma decodificação sistematizada dos tensionamentos que vieram em sua aprovação. Os questionamentos e embates no que se refere ao NEM não cessam com a aprovação das leis, mas as leis aprovadas e sancionadas são o produto deste embate passado.

O objetivo neste artigo é entender quais os setores de classe atuaram nessa organização. Entendendo aqui o currículo como ponto central da educação, pois ele define a estrutura da escola, os conteúdos lecionados e também a atuação destes profissionais na escola (SAVIANI, 2020). Buscar as propostas e as diferenças apresentadas no ponto do currículo pode nos ajudar a definir melhor o campo de disputa da criação e implementação do NEM.

1. ESCOLA, TRABALHO E NEM

Há pouca eficácia em analisar as políticas públicas em educação como sendo algo à parte da sociedade, mas é somente com sua capacidade de integração do sujeito a uma dinâmica existente ou pretendida que podemos entender se a política pública cumpre ou não seus objetivos (Durkheim, 1973; Elias, 1994).

O ser humano em sua necessidade de modificação da natureza para que siga vivo, faz com que seja necessária a construção de todo o saber letrado acumulado ao longo de sua história em sua prole (Saviani, 2020). Somente assim ele pode garantir que a sua existência seja garantida ao longo das eras, dessa forma a educação se insere no contexto das relações trabalhistas por ser o meio no qual se cria as condições de que jovens se insiram no sistema produtivo.

Em 2017 foi proposta uma ampla modificação nas estruturas de funcionamento das escolas brasileiras, o que ficou conhecido como reforma do ensino médio (Brasil, 2017). A reforma traz para o debate da educação a perspectiva de que as escolas estavam atrasadas em seus conteúdos e formas de ensino, então modificar esses mesmos se fazia necessário para a formação do século XXI (ICE, S.D e SEE-MG, 2020).

A BNCC implementa conteúdos às matérias já estabelecidas e inclui novas matérias com foco na formação profissional (Brasil, 2017). Estas novas matérias partem de que o trabalhador moderno deve ser independente, pró-ativo e com formação ampla, por isso os conteúdos adicionados têm como base o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho (MONCAU, 2023). O governo de Minas Gerais, juntamente à reforma geral, agregou em algumas dessas escolas os cursos técnicos profissionalizantes, alegando que esta era uma medida que daria mais suporte de qualificação de jovens para o mercado (Portal SEE, 2022). Sendo assim, algumas experiências foram colocadas em prática nos anos iniciais do projeto e gradualmente foram se transicionando outras escolas para o novo modelo, e a perspectiva era de que até o final de 2023 o ensino profissionalizante estaria implementado em cerca de 300 escolas da rede, chegando ao final de 2024 com um aumento de 430% no número de matrículas no estado (Portal SEE, 2022 e Portal SEE, 2025).

O ensino médio cada vez mais fica relacionado somente à capacidade de introduzir jovens em um mercado de trabalho, muitas vezes os negando a possibilidade de continuar os estudos ou a apresentação da base científica letrada (Saviani, 2020). Essa forma de se entender a educação é intimamente ligada às formas como se entende os papéis aos quais estes jovens servirão dentro do processo produtivo após sua formatura, assim a construção da pedagogia exercida em sala de aula pode ser um indicativo de como essa política vai chegar em seu público-alvo.

As primeiras experiências de EMTI profissional e propedêutico em Minas Gerais, e em mais 21 estados da nação de maneira direta ou indireta, são implementadas com auxílio de uma Organização não governamental chamada Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE aponta que a educação no Brasil é defasada por não apresentar uma didática que forme protagonistas com capacidade de resolver problemas práticos. constrói-se, então, um modelo de gestão e de prática pedagógica que denominam de Escola da Escolha, na prática é

uma organização da sala de aula com os moldes das Metodologias Ativas (MA's) (ICE, S.D.). Estas mesmas possuem uma maior utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), colocando-as como centro do processo de aprendizagem e da busca por conhecimento.

O conhecimento não pode ser visto como sendo algo que é imposto ou simplesmente passado para alguém, dentro das MA's, somente podemos entender como conhecimento o que é construído pelo estudante. Aquele que quer aprender e que pretende chegar ao conhecimento deve traçar as suas rotas e ser um ente autônomo na busca pelo conteúdo, fazendo com que mude a orientação da educação, pois não há mais um foco no ensinar e sim um foco no aprender (MEDEIROS, 2017).

As mudanças propostas para a educação não se resumem a uma grade de matérias ou ao ensino profissionalizante, estas criam uma ideia de formação do indivíduo autônomo buscando se realizar através de suas potencialidades e buscando a resolução de seus problemas, seja no aprendizado ou no trabalho que virá a desempenhar. Essa prática do mercado de trabalho, porém, pode esconder uma forma de reorganização produtiva que traz perdas para o trabalhador.

O avanço da tecnologia coloca para o trabalhador uma relação com o seu empregador de forma diferenciada, pois deixam de ser contratados por uma empresa e começam a ser trabalhadores autônomos e que prestam serviços pontuais. Os aplicativos de entrega demonstram essa relação de forma muito abrupta, pois foram os que mais se destacaram nesse processo que ficou conhecido como uberização (ANTUNES, 2021). O trabalho reestruturado causa perdas significativas de direitos adquiridos pela classe trabalhadora ao longo de sua história e tem impactos até mesmo em sua saúde mental (DRUCK, 2010).

2. PROJETOS EM DISPUTA

As classes que estruturam nossa vida social são interligadas de formas diversas, as relações de produção são tanto uma forma impositiva da construção do indivíduo, mas também são formadas e influenciadas pelas ações cotidianas dos indivíduos (BOURDIEU, 2020).

Entender as disputas políticas que os indivíduos travam no cotidiano, seja no congresso, em manifestações ou em textos e vídeos, passam diretamente pelo entendimento de qual a

constituição das classes sociais de nosso tempo e de que relação elas criam entre si neste momento histórico. Para isso deve-se olhar um pouco do nosso passado político recente.

Boito e Berringer (2013) apresentam que tivemos no início do séc XXI no Brasil uma formação política que denominaram de neodesenvolvimentismo, que basicamente retomavam o desenvolvimentismo brasileiro com os marcos do estado neoliberal construídos nos anos de 1980 e 1990, unindo setores divergentes para que conseguissem trazer uma retomada de produção para o mercado interno com investimentos na capacidade ociosa que existia fruto da baixa possibilidade de demanda de produtos.

A valorização de salários e políticas de distribuição de renda fazem com que se torne mais viável o consumo de alguns bens, aqui os incentivos aos eletrodomésticos de linha branca é um bom exemplo disto. Assim como também se torna um processo muito rentável para que as indústrias possam produzir mais e assim também faturarem mais. O mesmo ocorre com as linhas de crédito para construtoras, mineradoras, agronegócio e outros, que ganham aportes financeiros grandiosos através do BNDES para garantir o funcionamento pleno das políticas de exportação, no que tange o setor primário (BNDES, 2010).

Essa frente ampla se sustenta de forma plena por um tempo, mas conforme o tempo passa por desgastes políticos em seu interior, e com a crise do setor imobiliário que se espalhou pelas bolsas do mundo afora em 2008, e a chegada com mais força desta mesma no Brasil em 2015 faz com que as coisas se alterem de forma drástica. Sendo influenciadas principalmente por quedas nos preços das commodities, queda nas demandas internas de produtos e serviços, entre outros.

A mudança que ocorre econômica e socialmente no Brasil leva ao rompimento da frente neodesenvolvimentista e à ascensão das políticas de austeridade fiscal, controlando investimentos do Estado. As mudanças pioram as condições de vida do povo e assim direcionam toda a frustração às políticas que foram até ali empregadas. O Neoliberalismo volta com força na tentativa de redesenhar o papel que o Estado deveria ter na economia, ampliando assim a participação do mercado internacional na economia brasileira, não que já não fosse uma tônica estrutural do nosso país, mas aqui se afirma como sendo a única medida possível para construção de medidas que nos tirassem da crise (PMDB, 2015)

A comoção social e a profundidade das mudanças que estavam em curso econômica, social e politicamente fizeram com que os governos que vieram nos anos seguintes, sejam fruto do golpe de 2016 ou das eleições em 2018, tivessem como base de sua estrutura a relação de eliminação do Estado através de políticas firmes de austeridade fiscal e de perda de direitos trabalhistas consolidados, para que a atuação do livre mercado fosse mais eficiente, principalmente nos setores rentistas que não viam como buscar estabilização das taxas de lucro com as restrições, como o do spread bancário (ROCHA, 2020).

As frações de classe vão alterando seu espectro e de forma rápida se consolida no bloco neoliberal formado a partir de todas as questões aqui relatadas. A crise econômica que se espalha para uma crise política acaba por catapultar novos atores que antes orbitavam na periferia da política nacional, assim como apresentar atores que não estavam dentro dos meios políticos tradicionais. A mobilização que estes atores criaram em torno das pautas econômicas e morais afirmou uma mobilização constante contra um possível inimigo da nação que deveria ser eliminado (ROCHA, 2023).

A extrema direita, o bolsonarismo, o fascismo ou outra nomenclatura que se utilize para designar esse movimento tem como característica a participação ativa dos seus apoiadores, seja nas ruas, mas principalmente nas redes sociais. O que fez com que arrastasse setores neoliberais clássicos para seu guarda chuva, juntando nessa nova frente os setores industriais, insatisfeitos com as relações trabalhistas do neodesenvolvimentismo, setores rentistas, que queriam a incidência maior do capital estrangeiro internamente e seguridade de investimentos em setores estratégicos e na desestatização.

O agronegócio e o setor extrativista acabam por ser os setores que mais se engajaram nessa frente bolsonarista, entendendo que com a crise seus rendimentos caíram em função da demanda internacional e pela queda nos preços das commodities de forma geral. Era necessário ampliar a especulação, ampliar áreas de produção e mesmo as políticas internacionais com as quais elas se encontravam. Isso pode ser resumido no “passar a boiada” de Salles, ministro do meio ambiente, em reunião ministerial, que visava ampliar a utilização de terras demarcadas para exploração mineral, redução das áreas de proteção ambiental para o agronegócio entre outras políticas (BRASIL DE FATO, 2020).

Segundo estudo do instituto tricontinental (2020), o governo abre várias possibilidades de cumprir os acordos com os quais foram formados essa frente controlada pela extrema direita, mas que devido a alguns desarranjos econômicos não satisfazem completamente seus anseios, o que acaba por romper algumas relações em seu interior. Um dos principais pontos seria a condição de fortalecer o mercado interno fazendo com que tivéssemos um giro de capital maior para alguns membros da burguesia interna. Isso não significou uma ruptura com as pautas neoliberais em seu interior, mas deixava em dúvida a capacidade desta dar conta das relações internas e externas de circulação de capital, visto a dificuldade de estabelecer boas relações comerciais com outros países.

Parte desta dificuldade se calcava nas relações ideológicas pelas quais os bolsonaristas se guiavam, desgastando relações com grandes parceiros comerciais como a China. Esse desgaste leva Bolsonaro a dar declarações que o comércio internacional do Brasil não deveria seguir os vieses ideológicos, mas sim buscar firmar-se como um país que possui uma ampla concorrência interna e no exterior, mesmo assim algumas declarações sobre a política de outros países e as questões ambientais travam alguns acordos, como o com a união europeia no mesmo ano (EXAME, 2020).

As pautas ideológicas sustentam grande parte do apoio ao governo e por isso se torna uma relação importante para pensarmos o currículo escolar, que é o foco aqui. vejamos como isso é abordado.

3. CURRÍCULO

O currículo é um campo de estudo bastante diverso dentro da educação, pois a conceituação do mesmo passa indiscriminadamente pelas posições sociais e políticas às quais seus definidores estão vinculados (SILVA, 2005). É consenso, porém, que sua origem está ligada à formação da escola massificada nas relações de trabalho da revolução industrial, pois o mesmo era necessário para o trabalho, mas também para a consolidação dos Estados nacionais.

A escola em pleno funcionamento é a atribuição do currículo, o currículo passa por todas as categorias que irão constituir o cotidiano do ambiente escolar. Desde a abertura dos portões para a entrada dos estudantes, até os conteúdos para qual os mesmos serão apresentados

e a forma com que professores e funcionários irão lidar com os mesmos no interior da escola (SAVIANI, 2020).

Consenso até o momento, agora se entrará um pouco nas disputas deste conceito, entender que a forma de estruturação da escola é uma constituição das relações internas de poder leva o currículo para o entendimento discursivo do mundo, em consonância com as teorias pós-críticas. Essa afirmação apresenta que as atividades escolares são constituídas por demandas direcionadas no cotidiano, e o que importa é entender como e por que as coisas da escola estão funcionando de uma determinada forma. Passamos aqui a entender que qualquer coisa que acontece na escola é passível de ser entendida como construção de subjetividade e de enfrentamento ou docilização dos sujeitos, tudo o que ocorre na escola é currículo (SILVA, 2005; GALLO, 2004).

Atividades extracurriculares não existem? Se tudo o que a escola faz é currículo, currículo vira qualquer coisa. Não se pode entender o currículo como única e exclusivamente uma relação de subjetividades, pois assim se perde a noção de escola enquanto uma instituição social e, por isso, intimamente ligada às pressões e configurações nas quais esta está ligada às estruturas e das classes da mesma (BOURDIEU, 2020; SAVIANI, 2020). Entender que devemos lidar com o currículo com base naquilo que a escola faz para cumprir certos papéis é de suma importância para não perdermos a visão de um todo.

A escola cumpre um papel primordial de proporcionar às crianças e adolescentes os conhecimentos de base letrada e científica para que esse volte para a sua realidade e possa criar novas formas de solucionar problemas e entendimento do mesmo de forma mais aprofundada. Atividades fora desse propósito ocorrem dentro da escola, e por isso são consideradas extracurriculares, e entendê-las dessa forma significa dar a elas um lugar de não centralidade no calendário e na mobilização de recursos humanos e materiais dentro da instituição escolar, são importantes, mas não são e não devem ser o foco (SAVIANI, 2021).

Sendo assim, o currículo aqui será pautado nas proposições de organização de grade escolar, conteúdos a serem lecionados, nas dinâmicas escolares, composição estrutural e de gestão escolar e na formação de quadros escolares, profissionais que farão o trabalho e suas formas de atuação e contratação. Os três componentes aqui abordados terão a função de nos ligar aos projetos de sociedade que são pautados em torno das demandas letradas que se

constituirão como essenciais para a formação da geração que está em idade escolar com intuito de se inserirem nas relações sociais apresentadas fora da escola.

4. O NEM COMO CURRÍCULO

A reforma do ensino médio coloca em pauta uma ampla mudança na Lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996, onde apresenta que a educação de nível médio no Brasil deveria assumir uma estrutura mais ampla e cravada em alguns pontos gerais, ligados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros conteúdos chamados de integradores, colocando matérias ligadas à formação pessoal, profissional e de aprofundamento acadêmico.

Dentro das três perspectivas apontadas aqui veremos como o currículo é pensado, na lei aprovada em 2017 sob o número 13.415. Originalmente essa proposta foi apresentada com uma medida provisória, a MP 746/2016, gestada no governo de Michel Temer, que assumiu o governo após o golpe no dia 22 de agosto de 2016. Após a sua posse vários projetos foram colocados em debate ou em votação de urgência que tinham todos a mesma lógica, restrição estatal e austeridade fiscal, mas o que chama atenção é que uma das primeiras propostas do governo foi a MP 746/2016 que foi apresentada no dia 22 de setembro, ou seja, a reforma do ensino médio foi apresentada com menos de um mês de governo.

Os debates que sucederam a apresentação desta MP foram feitos de forma rápida, pois a mesma viria a ser aprovada no dia 16 de fevereiro de 2017. Então, ao longo deste período não foram muitas as audiências públicas, as reuniões da comissão de educação e os debates em plenário até a sua aprovação.

A primeira marca que podemos colocar é a mudança na contratação de profissionais que podem atuar na educação, historicamente relacionadas às universidades e seus cursos de licenciatura, que substituíram os magistérios de anos anteriores. As contratações profissionais, na lei de 2017, podem ser feitas também com a verificação de notório saber, não precisando de um diploma, mas apenas se verificando que o candidato à vaga poderia ter os conhecimentos necessários para as matérias. O fato que se verifica aqui é duplo, primeiramente busca se retirar uma exclusividade de uma categoria em sua afirmação, fazendo assim com que professores perdessem fôlego de luta em conjunto ao dividir espaço na escola com alguém que não está diretamente ligado à educação. Outro fator importante é que já se tinha a noção que não haveria

condições de pessoas formadas ocuparem todos os cargos que estavam sendo criados na educação, o que poderia gerar uma tensão na implementação do projeto.

O mesmo se pensa no quadro escolar fora de sala de aula, onde o projeto apresenta uma condição de organização da escola com base em princípios de manutenção de ordem e de resposta institucional às avaliações externas, sendo até internacionais, o que faz com que possibilite que a gestão e coordenação escolar possa ser entregue à pessoas que possuam créditos de excelência com a educação brasileira. O que na prática significa a passagem desta gestão e coordenação para empresas privadas, que definiriam a forma como a escola deve lidar com o seu quadro de funcionários e estudantes.

Dentro destas medidas vimos alguns questionamentos contra a privatização do ensino público por parte da oposição do projeto, que configurou praticamente os partidos progressistas como PT, PSOL, PCdoB e outros que acabaram dividindo alguns votos internamente. Apesar de apontado, não há grandes críticas em relação ao notório saber, o que houve foi pedidos de explicação de como isso ia funcionar, mas que, em resumo, ficaria a cargo dos estados definirem ao implementar.

Quanto às estruturas das escolas e os métodos de educação, muito pouco ou nada foi debatido, o que ficou acordado, ou expresso no texto da lei de 2017, é que nas relações entre profissionais e os estudantes deveriam ser levadas em considerações as demandas estudantis, no sentido que os profissionais deveriam deixar de utilizar métodos antigos para realizar uma educação mais atraente e focada nos estudantes. Essa metodologia ficou conhecida como escola da escolha, como difundida pelo ICE, focando no protagonismo estudantil na formação de clubes e nas próprias aulas com inserção de algumas tecnologias digitais de informação e comunicação. O governo federal iria disponibilizar recursos para as escolas que implementaram o programa durante quatro anos para que pudessem melhorar os problemas existentes na estrutura, ou seja, nenhuma mudança e implementação de novos recursos. Isto gera uma incompatibilidade com o próprio método apresentado acima.

Por último, na composição das grades de conteúdos, a lei aumenta a carga horária geral de ensino passando de 800 horas para 1000, no mínimo. Firma a condição de ampliar as escolas de tempo integral que cumprirão no mínimo 35 horas semanais divididas em dois turnos. Os itinerários formativos, que são os conteúdos que não pertencem à BNCC deveriam cumprir

40% da carga horária total. Com isso se estabelece no NEM uma relação onde o estudante que está inserido na escola precisa de uma engenharia social calcada quase que igualmente em artifícios científicos de base letrada e de organizações da vida pessoal e escolar, mostrando, assim, a retirada do papel da escola até então pensado. Essa alteração traz mudanças drásticas que veremos no ponto seis deste artigo.

Houve aqui um tensionamento onde questionava-se a possibilidade desta divisão dos itinerários retirarem matérias como educação física, sociologia e filosofia, questão que foi alterada no texto final pelos apoiadores do projeto. Nenhum questionamento a mais foi colocado, o único feito foi completamente incorporado e o que se viu a seguir foram apenas notas alegando que o processo não era legítimo por ser vindo de uma MP de um governo golpista, principal questionamento feito durante todo o processo (PT, 2017, PSOL, 2017, PCdoB, 2017, PDT, 2016).

Vale ressaltar também que em meio a essa aprovação a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino estavam focadas em combates da extrema direita moralista e suas campanhas giravam em torno da não aprovação do PL 867/2015 que foi chamada de escola sem partido (CNTE, 2017 e CONTEE, 2017). Essa lei buscava proibir professores de se manifestar religiosamente e politicamente em sala de aula, mas que apesar da iminência de ser colocada em tramitação e até aprovação em um estado brasileiro, não estava na ordem do dia. Sendo assim, na época da votação do NEM no senado, o último a votar a proposta, não havia nos sindicatos e a nível nacional uma mobilização grande, ficando a cargo de entidades como a UBES e a UNE.

5. AÇÃO EMPREENDEDORA

O ensino apontando para a individualização e para a criação deste trabalho reestruturado chega nas salas de aula, colocando trabalhadores do ramo e estudantes em contato com uma nova realidade. Se o ensino forma para o trabalho, o trabalho hoje é pensado de forma pontualizada e não como uma estrutura de carreira a longo prazo (IBGE, 2024). Essa forma de contratação temporária ou até de não contratação, como é o caso do trabalho informal, é apresentada como o trabalho da contemporaneidade e assim chamado de empreendedorismo.

Os conteúdos passados pela SEE-MG apresentam o empreendedorismo não como uma matéria que está restrita a um conteúdo, nas escolas mineiras em sua matriz curricular para o ano de 2024 foram apresentadas 4 matérias específicas que são: inovação social e científica e empreendedorismo, intervenção comunitária e empreendedorismo, empresa pedagógica e empreendedorismo e prática profissional e empreendedora (SEE-MG, 2023). Além dessas são apresentadas matérias que cumprem o papel de criação de relações empreendedoras tais como introdução no mundo do trabalho, matemática financeira e outras ligadas aos conteúdos das integradoras optativas.

Poderíamos aqui entender algumas das matérias afins como conteúdos que não estão ligados a esse conceito individualista de resolução de problemas e a inserção no mercado de trabalho para além do empreendedorismo. A questão é que essas matérias compõem um eixo maior de conteúdos, o quinto itinerário, que se relaciona com a formação profissional, técnica e mundo do trabalho, na qual todas estas disciplinas apresentadas estão inseridas (SEE-MG, 2023).

As disciplinas do quinto itinerário são todas ligadas pela relação empreendedora na qual os estudantes devem seguir ao saírem do ensino médio, logo, mesmo quando não se colocam diretamente interligadas ao empreendedorismo são estruturalmente ligadas ao conceito. A criação das condições sociais para que o estudante consiga transformar as suas visões do mundo do trabalho ao sair do ensino médio em realidade são sempre colocadas em cheque ao não se entenderem como seres com condições sociais para isso (LUCCHESI, 2017). Sendo assim, a principal pedra no caminho é desfazer o laço social em que este indivíduo está inserido, ou seja, colocar o sujeito como sendo o único capaz de promover seus sonhos e mudar a sua realidade independente do lugar em que ele ocupa na estrutura social (BOURDIEU, 2020).

Na sociologia da juventude vemos que essa fase é o início do processo de emancipação do indivíduo, deixando de ser um membro ligado às relações familiares ou de um grupo social existente a priori deste indivíduo (GROPPO, 2017). A idade, a forma e os meios pelos quais isso ocorre é diferente, dependendo de fatores como classe, raça, gênero e outros, mas apresenta que de forma geral a juventude é apontada como esse processo se lançar para o mundo de forma mais independente. O que não se pode negar é que a busca por essa independência passa estritamente pelo trabalho, e o que o jovem busca no trabalho se relaciona diretamente com as

questões às quais ele foi submetido nos anos anteriores, principalmente pela família (FORACCHI, 1977).

O NEM, então, trata de dar uma opção e uma forma na qual esse jovem irá fazer esse caminho de transição, pelos seus próprios meios e vontades. Se o processo de separação da infância é constituído em torno das relações sociais ao qual o indivíduo possui até chegar no ensino médio, aqui é colocado que os próximos passos dados em sua vida será feito sozinho, e o seu desempenho com sucesso ou fracasso dependerá exclusivamente dele. Criar esse sentimento pode ser duro e complexo para o estudante que precisa ser convencido disso de forma mais enfática, mas também de uma forma mais compreensiva e para isso são criadas as aulas de projeto de vida (PV).

“O Modelo Pedagógico da Escola da Escolha adotado para o EMTI em Minas Gerais possui como centralidade o jovem e seu Projeto de Vida” (SEE-MG, 2023). O currículo traçado no NEM em Minas Gerais e também no Brasil como um todo apresenta PV como sendo o conteúdo mais importante, pois ele é que tem a missão de interiorizar em estudantes que as relações sociais em que eles estão inseridos não definem o seu futuro, nem a escola enquanto instituição está ali para garantir esse futuro melhor, o trabalho tampouco vai fazer dele esse indivíduo, é apenas eles com suas debilidades e possibilidades que poderá garantir o que ele pretende.

“Isso significa que todo o currículo, todos os processos pedagógicos e todas as ações da escola devem ser movimentados para garantir que o estudante tenha condições de concretizar seu Projeto de Vida e de se tornar um sujeito autônomo, solidário e competente” (SEE-MG, 2022)

O PV é a afirmação da instituição dos cálculos racionais que o indivíduo precisa construir para que as suas ações empreendedoras sejam concretizadas. É através desse entendimento que o estudante irá se inserir nas trocas voluntárias do mercado tão necessárias para o desenvolvimento de uma nação livre e independente (FRIEDMAN, 2023), e é a inserção no mercado, inclusive de trabalho, de forma empreendedora é o principal meio com o qual este indivíduo livre pode atingir os seus fins (MISES, 2010).

CONCLUSÃO

As disputas educacionais em torno do currículo escolar são muitas e não estão encerradas, ainda há muito o que se entender nesse meio ao qual está sendo apresentado aqui, principalmente neste ano de 2025 que será o primeiro ano de implementação do NEM modificado através da lei 14.945/2024. E mesmo com as mudanças ainda há insatisfação por parte de estudantes e professores com o que pode vir a ser o ensino médio.

O que aqui foi apresentado apenas salienta como o empreendedorismo se destacou na construção desta política por entender que ele atende a princípios neoliberais que foram, em certa medida, aceitos até mesmo pelos críticos da reforma. E que talvez as críticas ao projeto inicial tenham se baseado muito mais em como o processo foi feito e por quem foi proposto do que em seu conteúdo em si. Ou mesmo o embate ficou centrado entre a extrema direita e os setores progressistas por questões de moral e ética da educação, enquanto o mediador que propunha condições mais firmes para a educação eram os neoliberais.

Finalizando, pode-se dizer com certeza que a educação possui um caráter crucial na formação das pessoas que estão inseridas em nossa sociedade, mas ela não é a única via, e para alguns grupos, nem seja a mais eficiente na disputa dos rumos da nação e da conquista destes jovens para essa concepção de nação. Por isso cabe ainda entender como outros meios com os quais as disputas são feitas e como estas disputas chegam até a escola, além de entender que cada ponto aqui exposto ainda está em construção e deve ser aprofundado de forma mais sistemática, mas isso é papel para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. São Paulo, SP. Boitempo, 2021

BNDES. **Relatório do BNDES do Ano de 2010**. 2010 Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/929/4/RA2010_final_BD.pdf>. Acesso em: 30/10/24

BOITO JR, Armando. **A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA**. *Revista Lumen*, v. 2, n. 3, 2 out. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/45>>. Acesso em: 30 out. 2024.

BOITO, Armando e BERRINGER, Tatiana. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, SP. FGV. 2012

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, SP. Editora Perspectiva. 2020

Brasil de Fato. **O que Ricardo Salles Queria Dizer com “Passar a Boiada”?** (3:43). 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d28njET4ZSA>>. Acesso em: 01/11/24

BRASIL. **MP 746/2016**. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília, DF. 2016

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Lei Nº 13.415/2017. Brasília, DF: 2017

CNTE. **Escola Sem Partido Transformou Perseguição a Trabalhadores/as da Educação em Parte do Cotidiano Escolar**. 2017. Disponível em: <<https://cnte.org.br/noticias/escola-sem-partido-transformou-perseguiçao-a-trabalhadoresas-em-educacao-em-parte-do-cotidiano-escolar-d3d2>>. Acesso em: 01/11/24

CONTEE. **Países Assinam Documento Contra o Escola Sem Partido**. 2017. Disponível em <<https://contee.org.br/entidades-de-87-paises-assinam-documento-contra-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 30/10/2024

DRUCK, Graça. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.35, n. 122, p. 229–248, jul. 2010.

DURKHEIM, Emilie. **A Educação como Processo Socializador: Função homogeneizadora e função diferenciadora**. In PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo, SP. Editora Nacional, 1973.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1994

Exame. **Comércio com o Mundo Todo Sem Viés Ideológico é essencial, diz Bolsonaro**. 2020 . Disponível em: <<https://exame.com/economia/comercio-com-mundo-todo-sem-vies-ideologico-e-essencial-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 30/10/2024

FORACCHI, Marialice. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo, SP.; Companhia Editora Nacional, 1977

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Gávea, RJ. Editora Intrínseca. 2023

GALLO, Sílvio. **Currículo (Entre) Imagens e Saberes**. 2004. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/GalloEntreImagenseSaberes.pdf>>. Acesso em: 28/10/24

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí, SP. Paco editorial, 2017

IBGE. **Trabalho Informal: Estatísticas**. Brasília, DF. 2024. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>>. Acesso em: 01/11/24

ICE. **Livreto institucional**. S.D. Disponível em, <http://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livreto_Digital_Institucional.pdf>. Acesso em: 19/10/24

LUCCHESI, Rafael. **Reforma do Ensino Médio e Impactos na Educação Profissional** (2:41:36). Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h_90fBiDThs> . Acesso em: 08/10/24

MEDEIROS, Sandra. **Metodologias Ativas Aplicadas à Educação à Distância**. São Cristovão, SE. EDaPECI, 2017

MISES, Ludwig Von. **A Ação Humana. Um Tratado de Economia**. São Paulo, SP. Editora Mises Brasil, 2010

PCdoB. **Comunistas Criticam a Reformulação do Ensino Médio** . 2017. Disponível em: <<https://pcdobnacamara.org.br/2016/10/11/comunistas-criticam-reformulacao-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 01/11/24

PDT. **Sérgio Vidigal Coordena Debate Sobre a Reforma do Ensino Médio**. 2017. disponível em: <<https://pdt.org.br/index.php/sergio-vidigal-coordena-debate-sobre-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 01/11/24

PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro**. 2015 Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 01/11/24

PSOL. **Com Voto Contrário do PSOL Câmara Aprova MP que Propõe Retrocessos no Ensino Médio**. 2017. Disponível em: < <https://psol50.org.br/com-voto-contrario-do-psol-camara-aprova-mp-que-propoe-retrocessos-no-ensino-medio/>>. Acesso em: 01/11/24

PT. **PT Vota Contra mas Senado Aprova Reforma do Ensino Médio** . 2017. Disponível em: <<https://pt.org.br/pt-vota-contras-senado-aprova-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 01/11/24

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao Terrorismo Doméstico**. Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2023

ROCHA, Marco Antonio. **As Frações de Classe que Sustentam o Bolsonaroismo**. 2020. Disponível em <<https://jacobin.com.br/2020/05/as-fracoes-de-classe-que-sustentam-o-bolsonarismo/>>. Acesso em: 30/10/24

SAVIANI, Demerval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: O Problema da BNCC**. in. MALANCHEM, Julia et al. (org). **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2020

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2021

SEE-MG. **Ensino Médio de Tempo Integral: Documento Orientador**. Poder Executivo, Belo Horizonte, MG. 2022

SEE-MG. **Resolução 4908**. in. Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**. Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 11 set. 2023

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Tricontinental. **Análise Mensal da Conjuntura Econômica 2**. 2020. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/analise-mensal-da-conjuntura-economica-2/>>. Acesso em: 01/11/2024